



ACÓRDÃO Nº 442/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10042/2012.**
- 2- **Assunto:** Embargos de Declaração
- 3- **Embargante:** Fernando Falabella.
- 4- **Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Amanda Gouveia Moura - OAB/AM 7.222, Fernanda Couto de Oliveira - OAB/AM n.º 11413, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM N. 10428 e Larissa Oliveira de Sousa - 14.193.
- 5- **Procurador oficiante do processo:** Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 6- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Embargos de Declaração.

Conhecimento. Provimento. Ciência.

7- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 7.1. **Conhecer** os Embargos de Declaração interposto pelo **Sr. Fernando Falabella**, Prefeito Municipal à época da presente Prestação, em face do teor do Acórdão n. 7/2019 – TCE – Tribunal Pleno (parte integrante do Parecer Prévio n. 7/2019 – TCE – Tribunal Pleno), exarado nos autos em epígrafe na sessão datada de 27 de fevereiro de 2019;
- 7.2. **Dar Provimento** ao recurso de Embargos de Declaração, protocolizado nesta Corte de Contas no dia 03/04/2019 (fls. 6449/6483), interposto pelo **Sr. Fernando Falabella**, nos termos previsto no art. 1º, XXI, e art. 64, ambos da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 11, III, “f”, 1, art. 148, § 2º, e art. 149, *caput*, todos da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM, para anular o Acórdão n. 7/2019 – TCE – Tribunal Pleno (parte integrante do Parecer Prévio n. 7/2019 – TCE – Tribunal Pleno), determinando que a Secretaria do Tribunal Pleno reinclua o presente processo na ordem de julgamento, de maneira que seus dados sejam registrados em pauta, sobretudo no que diz respeito ao nome **CORRETO** dos advogados do embargante, com a devida publicação, nos termos do art. 112, § 3º, e seus incisos, da Resolução



ACÓRDÃO Nº 442/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

n.º 4/2002 – TCE/AM, seguindo, após tais medidas, para nova apreciação do colegiado;

7.3. Dar ciência da Decisão aos patronos do **Sr. Fernando Falabella** sobre o desfecho atribuído a estes Embargos de Declaração.

8- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

9- Data da Sessão: 28 de Maio de 2019

10- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

10.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

11- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição